

“AS MULHERES FORTES SÃO AQUELAS QUE FAZEM UMA RAÇA FORTE”: ESPORTE, EUGENIA E NACIONALISMO NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Profa. Dr. Silvana Vilodre Goellner¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

goellner@terra.com.br

Recebido em 2 de fevereiro de 2008

Aprovado em 25 de fevereiro de 2008

Resumo

Fundamentada na abordagem teórico-metodológica da história cultural e nos estudos de gênero, este artigo discute a importância atribuída ao esporte na política de fortalecimento da população brasileira branca no início do século XX. Evidencia, sobretudo, que para essa política se efetivar foi necessário investir no fortalecimento do corpo feminino, pois segundo os ideais nacionalistas em voga naquele momento, somente um corpo forte poderia gerar uma raça forte. Traduzem-se como fontes primárias desta pesquisa, documentos produzidos neste período, bem como as 88 edições da primeira revista científica específica da área da educação física. Através da técnica da análise de conteúdo foi possível compreender que o discurso nacionalista brasileiro, ao buscar o refinamento da raça, fez a apologia da saúde da mulher branca identificando a atividade física como a melhor forma de fortalecê-la e aprimorá-la.

Palavras-chave: esporte; eugenia; nacionalismo.

Abstract

“Strong women are those who make strong race”: sport, eugenics and nationalism in Brazil in the early 20th century

Based on the theoretical-methodological approach of cultural history and in gender studies, this paper discusses the importance given to sports in the domestic policy of strengthening the Brazilian white population in the beginning of the 20th century. In order to analyze the role occupied by sport in this process, I have analyzed many sources of research, moreover, the 88 issues of the first physical education and

¹. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq.

sports journal. Making use of the technique of content analysis, it was possible to understand that the Brazilian nationalist discourse, by searching the refinement of the race, defended white beauty, and, therefore, identified women's body as the most important instrument for the obtainment of this, identifying in sports the main means of educating women's body, strengthening it, and perfecting it.

Keywords: sport; eugenics; nationalism.

Introdução

Nos primeiros anos do século XX a população brasileira era composta, majoritariamente, por negros escravos ou descendentes. Essa composição étnica passou a ser alvo de diferentes intervenções em nível nacional cujos objetivos estavam direcionados para o refinamento da raça visto que, para as elites brancas, os negros eram considerados como seres inferiores. Muitas das ações planejadas para atingir esse intento partiam das observações de autores estrangeiros para quem o Brasil, apesar de ser “um belo país, um dos mais belos que existem no mundo” conforme apresentação de da *Reveu de l'Exposition Universelle* por ocasião da Exposição Universal de Paris, em 1889 (PESAVENTO, 2005), era um país condenado à mestiçagem (GOBINEAU, 1874; LAPOUGE, 1896; LE BON, 1907).

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas em prol do fortalecimento da raça branca tais como a vigilância sobre o casamento inter-racial, a realização do exame pré-nupcial e a esterilização de doentes, algumas se voltaram para o robustecimento do corpo e a potencialização da saúde. Dentre elas destacam-se as recomendações contrárias ao uso do fumo e do álcool, à prática sexual intensa e a poucas horas de sono bem como as prescrições em favor dos banhos de mar, da exposição ao sol, da alimentação adequada e da realização de atividades físicas (GOELLNER, 2003).

No que diz respeito às práticas esportivas, desde o final do século XVIII existiam no Brasil muitas tradições pré-esportivas, como por exemplo, as cavalhadas e jogos. O

campo esportivo em seu sentido moderno (BOURDIEU, 1983) desenvolveu-se somente a partir das décadas de 1830/1840 com o surgimento de clubes de remo, turfe e atletismo (MELO, 2001; LUCENA, 2001) e, estes eram freqüentados pelas elites urbanas e brancas. Considerado como caráter aristocrático, familiar e saudável o esporte passa a ser recomendado como uma prática que possibilita o desenvolvimento orgânico e social dos indivíduos tornando-os mais fortes e conscientes de seus deveres para com a sociedade e a Nação.

Incorporar esta nova crença nas práticas cotidianas dos brasileiros e constituir de forma duradoura uma moral em prol do fortalecimento da Nação compunham o imaginário social dos primeiros anos do século XX. Para viabilizar tal intento era necessário investir no equilíbrio funcional e morfológico dos indivíduos brancos de forma a não retardar, mas também não precipitar o seu desenvolvimento orgânico, sobretudo daqueles que eram mais fracos. A constituição de uma raça forte se faria mediante a eliminação dos sinais de enfraquecimento. Nas palavras de eminente intelectual do período:

Se é necessário para o vigor da espécie que todos os imperfeitos sejam destruídos, sobreponhamo-nos à natureza não destruindo os imperfeitos com austeridade dórica, que mandava lançar ao Taigete as crianças disformes e punia a obesidade como um vício – o que seria deshumano, mas tornando-os perfeitos – o que seria altruístico; não eliminando os fracos, o que seria selvagem, mas eliminando-lhes a fraqueza – o que é dever da ciência (AZEVEDO, 1920, p. 4)

A idéia de fraqueza não se relacionava somente às questões orgânicas, estava também, e principalmente, ligada à carência de atributos morais que levavam a população à indolência e ao desânimo. Dentro desta perspectiva, os exercícios físicos são apresentados como um poderoso instrumento modelador das formas e agente de ordenação dos corpos que, pela prática sistemática, aumentaria o capital-saúde da

população. Em função dessa percepção, o esporte inicia, gradativamente, a adquirir importância no cenário cultural das cidades e a educação física é inserida como disciplina integrante do plano nacional de educação cuja ação, no interior do contexto escolar, deveria desenvolver, ao máximo, as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo. O ensino da depuração racial deveria acontecer desde a infância pois

educar as crianças a conhecer os fatores que perturbariam as condições da boa saúde em defesa dos interesses da raça, da família e da pátria exigia a instalação de dispensários higiênicos, voltados à puericultura, em todas as fábricas, bem como a construção, em todas as cidades do país, de ginásios de educação física, facilitando o aperfeiçoamento físico e mental das futuras gerações (MONTELEONE, 1929 apud MOTA, 2003, p. 33).

Advoga-se, então, em favor de uma educação física e esportiva que, pautada por um estatuto científico e ao mesmo tempo moral, estivesse articulada à medicina e às normas jurídicas em favor de uma nova ordenação dos corpos, fortalecendo, assim, a raça branca – ideal imaginário de um povo ameaçado pela mestiçagem.

Baseados na teorização darwinista de que a atividade física atuava no fortalecimento orgânico e, portanto, no aprimoramento da espécie, muitos dos discursos e práticas que circularam no Brasil do início do século XX mencionavam que o refinamento da raça estava diretamente relacionado com o fortalecimento da população. Nesse sentido, não pouparam esforços para criar condições de educar, fortalecer e aprimorar o corpo feminino branco, observado como o principal instrumento para atingir uma raça branca, representada como superior e perfeita.

Fundamentação teórico-metodológica

Fundamentada no aporte teórico dos estudos de gênero (SCOTT, 1988; BUTTLER, 1990; MESSNER e SABO, 1990; LOURO, 1995) e da história cultural

(HUNT, 1989; LE GOFF, 1998; PESAVENTO, 2004), o objetivo deste artigo é analisar a importância atribuída às práticas corporais e esportivas na política nacional de fortalecimento da população brasileira na primeira metade do século XX. Analisa, mais especificamente, diferentes discursos e práticas que, pautados pelos ideais eugênicos e nacionalistas em voga naquele momento, apontaram para a necessidade investir no aprimoramento do corpo feminino branco como um meio de atingir tal intento.

Considerando o corpo como uma construção histórica e social (SOARES, 2001; GOELLNER, 2005; AZARITO e SOLMON, 2006) sobre o qual se inscrevem marcas vinculadas ao feminino e ao masculino, a categoria de gênero é utilizada para analisar os discursos e práticas que representam a mulher como a célula-mater de uma sociedade em processo de regeneração.

A adoção do “gênero” como ferramenta teórica e analítica justifica-se pela possibilidade que oferece de desconstruir a representação naturalizada de que homens e mulheres constroem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam determinadas desigualdades, atribuem funções sociais, determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo (GOELLNER, 2007). Possibilita, sobretudo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza, performance, sexualidade são construções históricas que, em diferentes tempos e culturas foram associadas aos homens e/ou as mulheres, produzindo, ainda, representações de masculinidades e feminilidades.

Considerando que os corpos não se traduzem em matéria universalmente edificada pelos desígnios da natureza, ênfase a importância da utilização do “gênero” como uma categoria analítica visto que esse conceito é importante para perceber os

processos pelos quais, no interior de redes de poder², a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais gestando, assim, formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos.

Vários outros argumentos poderiam ser utilizados para demarcar a importância dos estudos de gênero no campo da Educação Física e do esporte, não apenas nas abordagens historiográficas. No entanto, um deles, por si só, já garante sua existência: o gênero nos constitui, inscreve-se na nossa carne. Isso significa perceber que “os corpos carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER apud PRINS e MEIJER 2002, p.163). Eles, os discursos, se acomodam no corpo e os generificam.

No caso específico deste texto, o foco de análise está centrado nas mulheres brancas e na valorização de uma representação de feminilidade que considera virtuosa a mulher que é ou se tornará a mãe de filhos hígidos e fortes.

A articulação entre gênero e raça³ é aqui considerada porque as recomendações em favor da realização atividades físicas e esportivas visando aprimorar o corpo feminino não são direcionadas para as mulheres brasileiras em geral, mas para um grupo específico: as mulheres brancas. O Brasil dos primeiros anos do século XX, ao considerar o branco europeu como a referência étnica a ser perseguida não apenas centrou na coloração da pele o principal elemento a classificar as raças como também investiu na construção de uma identidade racializada cujo objetivo era embranquecer a população.

². Poder aqui é tomado a partir da teorização de Michel Foucault (1992) que o percebe como difuso, descentralizado e horizontal.

³. Raça e etnia são aqui compreendidas como categorias sociais discursivamente construídas que ao longo da história da humanidade têm sido utilizadas para hierarquizar os sujeitos, considerando-os não apenas diferentes, mas, sobretudo, desiguais (HOOKS, 1992).

A opção pela abordagem histórica para subsidiar este artigo está ancorada na compreensão de que a vida social é inescapavelmente histórica (THORPE, 2006). Razão pela qual “tempo” é uma categoria de análise importante, não apenas para os estudos historiográficos, mas também para análises de cunho sociológico (ABRAMS, 1980; GRIFFIN, 1995), inclusive, no campo da sociologia do esporte (MAGUIRE, 1995; THORPE, 2006).

Para analisar as relações entre esporte, raça, gênero, eugenia e nacionalismo, no contexto brasileiro do início do século XX, foram utilizadas como fontes primárias de investigação, diversos documentos produzidos neste período tais como: livros publicados sobre educação, esportes e educação física, manuais médicos, anais de congressos científicos, publicações da Sociedade Eugênica de São Paulo além de uma variedade de documentos oficiais produzidos pelo governo brasileiro. Foi considerada, ainda, como fonte privilegiada de pesquisa, a Revista Educação Physica - primeiro periódico científico da área da educação física e do esporte publicado no Brasil, cuja circulação se deu no período compreendido entre maio de 1932 e setembro de 1945, totalizando oitenta e oito edições.

Até o final dos anos 30, a educação física brasileira era ainda uma área muito incipiente, não havia escolas de formação de profissionais (surgirá apenas em 1939) e o saber dos professores geralmente se limitava à instrução prática dos esportes e da ginástica. Os esportes, por sua vez, estavam em plena expansão com o surgimento, desde o final do século XIX, dos clubes recreativos, agremiações, federações, campeonatos, demonstrações atléticas, clubes de ginástica, parques de lazer e estádios esportivos (ALTMANN et alli, 2001).

É dentro deste cenário, que a Revista Educação Physica tornou-se um importante instrumento para a divulgação das idéias eugênicas visto que se configurava como um periódico científico e pedagógico a instruir os sujeitos que atuavam no campo das práticas corporais e esportivas⁴. Além disso, foi um meio de divulgação de idéias nacionalistas uma vez que, desde 1930, vigorava, no Brasil, um governo centralizador que culminou com a instauração de um regime ditatorial (1937-1945). Este governo implementou várias ações ligadas à educação física e ao esporte, considerados como pilares do projeto de engrandecimento da Pátria para o qual se fazia necessário o fortalecimento da população, a depuração racial e a construção de um sentimento de identidade nacional⁵.

Como ferramenta metodológica foi utilizada a análise de conteúdo cujos documentos foram analisados em separado e, posteriormente, relacionados entre si. Desse entrecruzamento entre as diferentes fontes de pesquisa (livros, revistas, manuais médicos, anais de congressos científicos e documentos oficiais) foram elaboradas unidades de significado que possibilitavam melhor compreender como, no início dos anos XX, no Brasil, foram articuladas as representações de raça e gênero com o esporte e com o discurso nacionalista. Entendemos que o esporte é um espaço generificado, no entanto, nossa análise não se restringe apenas a essa a categoria de análise. No caso específico deste estudo, a articulação entre gênero e etnia permitiu compreender que o

⁴. Em outubro de 1932 vai surgir a Revista brasileira de educação Física, publicada pelo Exército brasileiro.

⁵. Corresponde a este período a criação do Instituto Brasileiro de Eugenia (1920); do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (1931); da Escola de Educação Física do Exército (1933), da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação (1937); da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (1939); a instalação da Comissão Nacional de Desportos (1939) e do Conselho Nacional de Desporto (1941). Além disso, na Constituição Nacional, promulgada em 1937, a Educação Física passa a ser uma disciplina curricular obrigatória para todas as instituições de ensino.

discurso nacionalista brasileiro buscou a valorização da beleza branca como uma forma de refinamento da raça.

O Brasil no início do século XX: a branquidade construída

A escravidão no Brasil teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI quando os portugueses traziam os negros de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra nos engenhos do Nordeste. Esse sistema ampliou-se para os setores da agricultura, pecuária e extração de minerais em diversos estados da nação perdurando até 1888, quando foi abolida. Identificada pela elite branca como fundamental para o desenvolvimento da economia nacional, a força de trabalho dos negros sustentava o modelo econômico vigente voltado, predominantemente, para a exportação de produtos oriundos da produção dos grandes latifúndios. Segundo dados publicados pelo governo brasileiro, em 1900, os negros compunham cerca de 60% da população, em um total de, aproximadamente, 14 milhões de habitantes (REIS, 2000). No continente americano, foi o país que mais importou escravos africanos, totalizando cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro mundial (REIS, 2000).

Com o final do regime escravagista, o governo federal adotou uma política de incentivo à imigração, fundamentalmente de europeus, cujo trabalho assalariado passou a substituir a mão-de-obra dos escravos. Entre 1884 e 1933, o Brasil recebeu por volta de 4 milhões de imigrantes em sua maioria, portugueses, italianos, alemães e espanhóis (REIS, 2000) que, primeiramente, atuaram na agricultura e pecuária e, a partir das primeiras décadas do século XX, no cenário urbano, visto que estava iniciando o processo da expansão industrial brasileira.

O Brasil que se modernizava buscava inspiração na civilização europeia ocidental e, diante da ameaça da mestiçagem, buscou na ciência elementos para justificar a supremacia branca. Neste contexto é possível perceber o quanto a noção de raça é uma categoria discursiva que historicamente tem operado cultural, política e simbolicamente em favor dos brancos, que deveriam ser cada vez mais aprimorados quanto às suas capacidades físicas e morais de forma a diferenciarem-se dos negros escravos ou dos descendentes destes.

Assim o era para as elites brasileiras que, identificadas com os europeus, buscavam fazer do Brasil uma nação construída a partir de suas referências políticas, culturais e econômicas. A própria política imigratória foi pensada dentro dessa perspectiva: atrair imigrantes brancos se traduzia em uma outra estratégia do embranquecimento da raça pois, evitar a mestiçagem, era uma forma de garantir às elites o seu “pedigree” (MARQUES, 1994, p. 88).

Nos primeiros anos do século XX, a constituição homogênea do povo brasileiro passou a ser o pilar fundamental de um projeto de humanidade centrado na valorização do corpo ágil, viril, saudável, potente e branco (GOELLNER e FRAGA, 2004). O disciplinamento e a crença na transformação da sociedade através da padronização do corpo brasileiro se tornaram mais sofisticados ao ganharem contornos científicos mais apurados, cuja referência primeira era a eugenia – movimento político-científico que visava ampliar as qualidades daqueles que ainda estavam para nascer. Uma ciência que pretendia legar boas características às gerações futuras (SILVA, 2007).

Renomados intelectuais brasileiros começam a fazer referência às atividades físicas como instrumento privilegiado para desenvolver ao máximo as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo pois, ao atuarem no equilíbrio funcional e

morfológico dos indivíduos aumentavam a saúde da população (MELO e MANGAN, 1997; DAOLIO, 2003). Em função de argumentos como este, o esporte passa a ser amplamente difundido cuja fraqueza e desânimo só se mantinha por que os sujeitos não haviam desenvolvido suficientemente atributos físicos como virilidade, hombridade e coragem. Atributos esses fundamentais para a idéia da constituição do corpo-nação: um corpo que representasse o brasileiro liberto e moderno e que se distanciasse, sobretudo, do corpo negro ainda que estes fossem os corpos que constituíam, nesse momento, a maioria pobre da população.

Os ideais eugênicos foram, gradativamente, incorporados pela elite brasileira que percebia nesta ciência um instrumento primoroso para constituir uma raça elevada e, ao mesmo tempo, utilizar diversos dispositivos para barrar e impedir o surgimento daqueles considerados inferiores e ameaçadores aos projetos nacionais. (MOTA, 2003). O ano de 1918 pode ser considerado como marco das investidas sistemáticas da eugenia no Brasil, com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, apenas alguns anos após o surgimento da *The Eugenics Education Society*, na Inglaterra em 1907-1908, da *The Eugenics Record Office* nos Estados Unidos em 1910 e da *French Eugenics Society* em Paris em 1912 (STEPAN, 1996).

O embranquecimento da raça, ao fazer parte da política nacional de desenvolvimento do país, foi amplamente difundido na sociedade brasileira encontrando apoio em diferentes categorias profissionais. Médicos, intelectuais, militares, dirigentes políticos, professores, instrutores de atividades físicas se integraram a esse projeto e, através da especificidade de sua intervenção no plano social e educacional, não pouparam esforços para consolidá-lo (SCHWARCZ, 1993). Das várias ações a serem desenvolvidas para esse aprimoramento racial, uma delas foi consensual e amplamente

destacada: o fortalecimento do corpo feminino a ser conquistado através da prática de atividades físicas.

As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte

A intenção de fortalecer o corpo feminino mediante a prática de atividades físicas objetivando prepará-lo para a condução de uma maternidade sadia orientou a inclusão das mulheres no universo das práticas corporais e esportivas em diferentes países como, por exemplo, na Argentina (RODRIGUEZ, 2001; SCHARAGRODSY, 2006), Alemanha (PFISTER, 2001; HARTMANN-TEWS e LUETKENS, 2003), Estados Unidos (GUTTMANN, 1991; BIRRELL e THEBERGE, 1994), Reino Unido (SCRATON, 1992; WHITE, 2003), França (ARNAUD e TERRET, 1996; LIOTARD e TERRET, 2005), Itália (DE GRAZIA, 1981), Espanha (ARMAR Y BORBÓN, 1994; AJA, 2002) e Portugal (HASSE, 2001; CRUZ et alli, 2005).

No caso específico do Brasil, na virada do século XIX para o XX, ao fortalecimento do corpo feminino visando uma maternidade sadia agregou-se um objetivo de cunho nacionalista que conferia às mulheres brancas o papel de fortalecer a Nação mediante a regeneração física e racial da sua população. Em 1884, o médico Eduardo de Magalhães advertia:

Com a fraqueza das mães começa a do homem pois da mulher fraca, depauperada, nervosa, mal nutrida, não se espera filho bem constituído, nem que possa amamentá-lo convenientemente: o recém-nascido representa uma célula do organismo de seus progenitores, máxime da mãe. A predestinada a reproduzir a espécie, garantir a validez, habilitar o homem a ser homem, apto a lutar pela vida utilmente para si, para a família e para a pátria, não é devidamente educada entre nós para o desempenho de sua missão sublime (1884, p. 123).

Tanto quanto realizar um bom casamento, evitando, por exemplo, as relações inter-raciais, fortalecer o corpo feminino branco passa a ser identificado como uma necessidade nacional (KEHL, 1926; BESSE, 1996; GOELLNER, 2003). O corpo feminino (e também o masculino), pois a fraqueza, a indisposição e a debilidade, vistas como males sociais, afetavam e prejudicavam homens e mulheres, ainda que de forma diferente. Impelir os sujeitos à atividade física era uma necessidade, no entanto, deveriam ser resguardadas as especificidades da “natureza” dos corpos que, por serem considerados como distintos, reclamavam práticas diferenciadas. Educar para a imposição física equilibrada era a finalidade do trabalho muscular destinado aos homens brancos; exercitar os corpos para suportar os desígnios maternais era a missão reservada às mulheres brancas. Segundo Fernando de Azevedo, um importante intelectual da época,

O que é preciso, no entanto, ter sempre em vista na educação física é a diferença do sexo... Os órgãos de agressão e defesa no homem reclamam violência de movimento, na mulher apenas gestos suaves, a quase quietude. Por exemplo, o olhar do homem está habituado a produzir o medo e os sinais da energia e do mando; o da mulher é veludoso e educa-se em atraí-los. A violência e o exercício no homem criam as asperezas da superfície do corpo pelo desenvolvimento de ossos e músculos. A maternidade ou a sua predestinação avoluma as formas do ventre, nos seios e nos membros inferiores (1939, p. 94)

Afirmações como estas permitem compreender as diferentes atribuições conferidas aos brasileiros e às brasileiras no processo da regeneração da raça. Nas diversas fontes analisadas a constante recorrência à construção de maternidade sadia se justifica porque esta é considerada como a mais sublime missão da mulher. Uma habilidade natural, essencial e inevitável. (HAYS, 1996, p.156), é seu destino e não uma opção pessoal. Em contrapartida, não existe menção alguma à educação dos homens em favor de uma paternidade sadia. A exercitação de seus corpos busca formar tipos

perfeitos, expressão do equilíbrio plástico-morfológico, congregando dois princípios atribuídos como fundamentais e inseparáveis: força e beleza. Para formar uma raça elevada era imprescindível essa correlação, visto que a regeneração físico-moral masculina só se completaria se o aprimoramento físico também se estendesse às mulheres: as verdadeiras “guardiãs da raça” (SCRATON, 1992). Para atingir tal intento era preciso dar “visibilidade” à cultura física feminina, redirecioná-la aos propósitos higiênicos e eugênicos exigidos pelo corpo-nação moderno afinal, são “as mulheres fortes aquelas que fazem uma raça forte” (TISSIÉ, 1919, p. 32).

O projeto nacional de fortalecimento orgânico dos corpos, de aprimoramento dos valores morais e da construção de uma raça forte reforça representações tradicionais de gênero visto que reafirmam concepções dominantes de masculinidade e feminilidade. No âmbito específico das mulheres, enfatiza-se a imagem da mulher maternal, bela e feminina (GOELLNER, 2003). Uma mulher para quem o exercício corporal deveria atuar em prol do seu revigoramento sem lhe destituir a harmonia das formas, a beleza e a graciosidade.

O temor de que a prática de atividades físicas pudesse masculinizar a mulher ou, ainda, ferir sua feminilidade fez com que muitas das recomendações que circulavam nesse momento estivessem voltadas para: a) o incentivo à inclusão de meninas e moças em programas de atividades físicas; b) o cuidado para essas atividades fossem minuciosamente controladas, de forma a não extrapolarem os limites compatíveis com “natureza feminina”, considerada como mais frágil que a dos homens. O termo “masculinização da mulher” indicava, não apenas alterações no comportamento e na conduta das mulheres, mas também no seu corpo cuja aparência deveria evitar o estigma da excessiva musculatura e a implícita lesbiandade (HARGREAVES, 1998).

Dentro deste contexto, o esporte passou a ser recomendado como uma atividade necessária ao aprimoramento físico feminino. O primeiro livro escrito por um autor brasileiro sobre educação física e esporte para mulheres foi publicado no ano de 1930. Já nas suas primeiras páginas aparece, explicitamente, a vinculação destas práticas com a preparação para a maternidade:

A falta de vigor físico tem na mulher conseqüências piores que nos homens. A função primordial da mulher é a procriação e todo o preparo físico não deve perdê-la de vista. Podemos mesmo adiantar que a constituição física é mais importante que a intelectual; enquanto a primeira pode determinar, quando má, a extinção das descendências em poucas gerações, a segunda é passível de desenvolvimento indefinido de geração em geração. Os retardados intelectuais podem ser eficientemente combatidos; os físicos constituem uma tara terrível, de funestas conseqüências para a reprodução da espécie e o aperfeiçoamento da raça. As inteligências privilegiadas nem sempre se transmitem aos filhos, mas a herança das taras físicas é quase sempre irremediável, fatal, quando em tempo não intervém processos especiais para preveni-la (RANGEL SOBRINHO, 1930, p. 07).

Escrito por um tenente do Exército brasileiro esse livro é exemplar para ilustrar a afirmação dos elos que nesse período se fazia entre nacionalismo, eugenia, saúde e atividade física. Em outra passagem do livro podemos ler a seguinte afirmação:

Nunca será demasiado encarar a importância do esporte para a mulher. Quanto mais nos aprofundarmos nos estudos tendentes a efetivar a eugenia da raça, nas pesquisas destinadas a solucionar os problemas relativos à saúde humana, a dar ao homem e à mulher o máximo de sua eficiência física para a vida, mais nos compenetrarmos da importância capital da Educação Física feminina. É mister que nos convençamos da verdade irrefutável desse dogma - *a mulher precisa de esporte!* Precisamos identificar a mulher com a prática racional dos exercícios físicos, educá-la para uma compreensão elevada dessa forma salutar de atividade que, tanto contribui para a conservação de sua saúde e de sua beleza, para a manutenção de sua mocidade e de sua eficiência (RANGEL SOBRINHO, 1930, p. 21).

Às atividades físicas, portanto, é conferida a tarefa de corrigir as deficiências da raça brasileira ao mesmo tempo em que deve modelar o corpo feminino desenhando

sobre ele novos contornos onde a harmonia corporal, a graça, a doçura e a delicadeza devem ser preservadas. A construção de um organismo feminino forte estava assentada no trinômio “saúde, força e beleza”, pois desse trinômio resultaria a força de uma geração de novas criaturas, e, por conseguinte, de um novo país.

No Brasil, as primeiras iniciativas de participação de mulheres em práticas esportivas podem ser observadas na segunda metade do século XIX. Até aquele momento, a estrutura extremamente conservadora da sociedade brasileira não lhes permitia muitas aparições nos espaços públicos. Com independência do Brasil, a chegada de imigrantes europeus e com a propagação das idéias eugênicas e higiênicas esse quadro começa paulatinamente a mudar. Obviamente que essa mudança foi lenta e muito mais significativa para as mulheres da elite, pois estas tinham maior acesso aos bens culturais, à escolarização e às novidades do continente europeu. Além disso, eram brancas e a elas era dirigido o discurso do fortalecimento do corpo e, por fim, da raça. Vale lembrar que a prática de atividades físicas não era popular na sociedade brasileira do período. Era, na maioria das vezes, uma prática relacionada à elite e se caracterizava como aristocrática, familiar e saudável (ALTMANN et alli 2001; MOURÃO e VOTRE, 2003).

Turfe, remo, natação, esgrima, tênis, arco e flecha, ginástica e ciclismo, são algumas das modalidades que, inicialmente, registram o maior número de mulheres praticantes. No entanto, será nas primeiras décadas do século XX que vai acontecer uma maior inserção das mulheres no campo do esporte seja nas dimensões do lazer, da educação escolar e da competição ocasionando, com isso, uma maior circulação das mulheres nos espaços públicos destinados ou não à prática de atividades físicas. É nesse período também, que o a ginástica adquire importância na instituição escolar como uma

forma de educação das meninas objetivando prepará-las para serem as futuras mães. “A moça de hoje, sem dúvida, virá a ser a mãe de amanhã. Prepará-la fisicamente e dar-lhes os necessários esclarecimentos, é assentar alicerces sólidos da geração futura” (ARENO, 1938, p. 16).

O Boletim de Eugenia, publicação mensal da Sociedade Eugênica de São Paulo, em várias de suas edições publicou matérias referentes aos benefícios do esporte para as mulheres. Vejamos:

É em face da procriação que avulta a importância do esporte para a mulher. Ela precisa não apenas estar apta para o exercício pleno daquela função, mas estar também em condições físicas para gerar seres fortes. É cuidando de seu próprio corpo, de sua saúde, de sua eficiência física que a mulher adquire os conhecimentos práticos indispensáveis a realizar uma vida sadia e a forjar uma geração forte; praticando esporte a mulher fará desta uma verdadeira escola de saúde, conhecerá melhor os preceitos da higiene, os melhores processos de alimentação, como funciona o organismo, qual é a estrutura do corpo, como ele se desenvolve e o que se deve fazer para a sua melhor conservação e para o seu maior rendimento, interessar-se-á mais pela sua vida física, corrigirá suas deficiências orgânicas, combaterá seus defeitos e preparar-se-á melhor para dar à espécie filhos são e filhos fortes (SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO, 1929, p. 42)

Se por um lado o incentivo à participação feminina no universo das atividades corporais e esportivas estava voltado para a maior inserção na vida social daquele tempo, por outro, estava absolutamente atrelada à política nacionalista em voga que, assentada na eugenia e no higienismo, identificava o corpo feminino como o local privilegiado para a construção de uma nova raça. Além disso, ao anunciarem os contornos corporais ideais das mulheres brancas estes discursos enunciavam o lugar do outro, do negativo, do intolerável nos corpos brasileiros. O outro, nesse caso, é o corpo negro que em muitas das fontes consultadas sequer foi nomeado.

Essa afirmação pode ser evidenciada em diferentes documentos publicados no Brasil, dentre eles, a primeira revista científica de Educação Física. Dada a sua grande

receptividade em todo o território nacional e, também, em alguns países da América do Sul tais como Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Venezuela, a Revista Educação Physica é tomada aqui como uma fonte privilegiada de informações e de divulgação dos ideais nacionalistas e sua articulação com as questões de raça e gênero no Brasil do início do século XX.

A Revista Educação Physica: esporte, eugenia e nacionalismo

Criada em 1932, por um grupo de professores civis de educação física, a Revista Educação Physica caracterizou-se como um importante meio de circulação de informações sobre as atividades físicas, pois, além de textos escritos por autores brasileiros, seus editores recorriam à tradução de artigos estrangeiros tanto para viabilizar a regularidade e continuidade da publicação como para assegurar ao periódico um perfil científico. Nos quatro primeiros anos a *Revista* circulou com periodicidade semestral, tornando-se mensal de janeiro de 1937 até a sua última edição, publicada em setembro de 1945. Registra seu primeiro editorial:

Revista Técnica que visa apoiar a causa da educação física: divulgando os princípios científicos que servem de base a educação física; favorecendo o surto dos esportes, como fator de aperfeiçoamento da raça; incentivando a formação de técnicos especialistas; propagando os fins morais e sociais das atividades físicas; despertando a atenção pública para este aspecto do problema educativo; coadjuvando o governo e instituições particulares na execução de seus programas esportivos (LOYOLA, 1932, p. 02).

Embora a Revista Educação Physica não tratasse especificamente das atividades físicas femininas, esse foi um tema recorrente nas suas páginas visto que seus editores estavam sintonizados com o discurso nacional-patriótico⁶. Os artigos, reportagens,

⁶. Hollanda Loyola, principal editor da revista, atuou como responsável técnico pela Educação Física junto ao Ministério da Educação durante o período do Estado Novo (1937-1945).

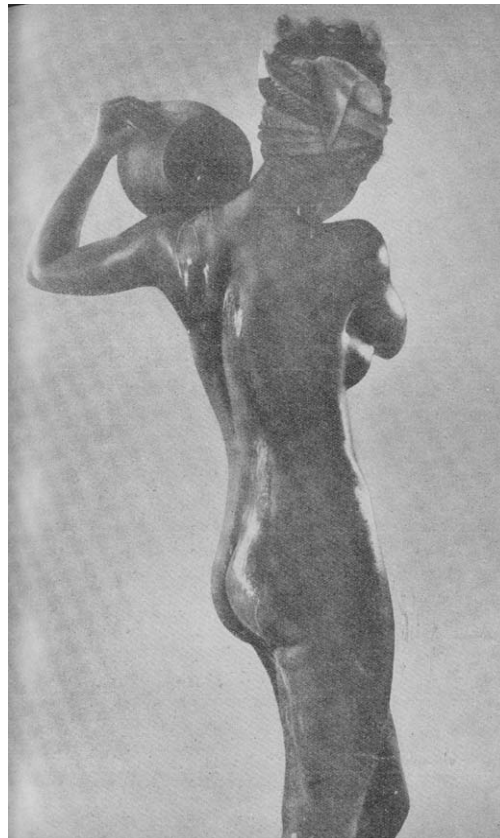
textos e as pesquisas que publica, ao mesmo tempo em que incentivam às mulheres a aderirem a prática de atividades esportivas, enfatizam a importância da exercitação física na formação física e moral da juventude, na regeneração da raça, no cuidado para com a saúde e a beleza e na construção da identidade nacional. Tanto quanto as outras fontes investigadas, a mulher da qual a Revista fala e para quem fala é a mulher branca, de classe média ou da elite.

Ao analisar todas as edições da Revista é notória a apologia que faz à beleza branca. Nos seus oitenta números, há uma única referência à mulher negra, formada pela junção de uma fotografia de página inteira, com um pequeno texto assinado por Fernando Azevedo:

Aplicada convenientemente em gerações sucessivas, teremos logo, com a regeneração social pela educação física, um povo que se encaminhe mais depressa para o nosso verdadeiro tipo étnico, representante característico e genuíno de uma raça que possa ir florescendo através da idade, em lindas flores - rubra nos glóbulos sanguíneos de seiva e morena na tez queimada da pele, graças ao vigor físico e a este belo sol tropical, que atapeta de verde as encostas das montanhas e pontua de flores os campos de nossa exuberante natureza (Azevedo, 1939, p. 8).

A fotografia publicada mostra o corpo de uma jovem mulher negra, que não tem rosto nem expressão, pois é exibido de costas, com os cabelos parcialmente ocultos e está sendo banhado por uma pequena quantidade de água que escorre de um vaso que carrega no ombro direito. O corpo que se vê nesta imagem tem uma musculatura delineada, é bonito, sensual e erótico. No entanto, destituído de identidade. É um corpo estrangeiro para essa Revista, pois não remete o leitor a imaginá-lo construído através de atividades físicas. Esta imagem e o texto que o acompanha, ocultam a identidade étnica desta mulher uma vez que a explicação dada para a cor da pele, que não é branca, recai na ação bronzadora do sol e não nas marcas que fazem lembrar a raça à qual

pertence. Ao negar sua origem afirma-se o mito da superioridade racial branca mesmo em um país cuja conformação étnica passava ao longe dessa suposta branquidade (SCHWARCZ,1993).



Revista Educação Física, n. 8, p. 12.

Em se tratando de refinamento racial, é na experiência desenvolvida na Alemanha Nacional-Socialista que a Revista Educação Física busca elementos para exemplificar como uma Nação poderia desenvolver programas de atividades físicas voltados o aperfeiçoamento da saúde e do vigor dos corpos. Ao longo das suas edições são publicados vários textos e imagens que mencionam as estratégias de aprimoramento

da raça ariana. Muitos deles fazem referência explícita à exercitação física das mulheres:

Em nenhum país do mundo, a educação física está merecendo tanta atenção por parte do governo, a eugenia do povo preocupa tanto os dirigentes nem os esportes estão mais bem regulamentados do que na Alemanha. O Nacional Socialismo, com o seu programa de rejuvenescimento da Alemanha encarou, como um dos elementos principais para a constituição das nacionalidades, a eugenia do povo, o aprimoramento racial, partindo do princípio de que “não há país forte com um povo fraco”. Notável, é o entusiasmo da mulher alemã pelos esportes. Eu as vi, às centenas, fazendo ginástica, remando, nadando, praticando esgrima, cavalgando, etc. A mulher alemã, da geração que está se formando, é forte, de impressionante robustez, exuberante de saúde, produzirá, necessariamente, filhos sadios, hígidos (LOYOLA, 1937, p. 27).

Em que pese as diferenças dos ideais eugênicos existentes entre o Brasil e a Alemanha, a glorificação da maternidade faz parte o discurso oficial dos dois países. Em nome da formação de uma geração futura, justificam-se estratégias de cunho racista, seja por mitificar a branquidade, seja por não conferir visibilidade ao que era considerado desviante da representação de corpo e de nacionalidade que se queria evidenciar (BOCK, 1991; PFISTER, 1997). Essa talvez seja uma das razões pelas quais não se encontram corpos negros nas páginas da Revista Educação Physica, mesmo que fora delas eles existissem em profusão sendo facilmente visualizados nas ruas das cidades.

A recorrência aos exemplos advindos da Alemanha justifica-se pela aproximação política entre os dois países. Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, nutria forte simpatia pelas idéias de Adolf Hitler e, nesse sentido, empenhou-se em desenvolver estratégias de aproximação entre os dois países. Além de acordos comerciais, da permissão para a circulação no Brasil de livros, jornais e revistas editados

na Alemanha⁷, da restrição à entrada no país de imigrantes judeus⁸, possibilitou intercâmbios culturais entre brasileiros e alemães. Na década de 30, por exemplo, permitiu que o governo alemão montasse um serviço de transmissão de distribuição de filmes educativos destinados a escolas teuto-brasileiras localizadas em diversos estados do país. Dentre os temas abordados nos filmes destacavam-se as práticas eugênicas obtidas através da realização de exercícios ginásticos (VON SIMSON, 1998).

Casamento, maternidade, procriação e refinamento da espécie são funções e papéis sociais designados à mulher branca ou ariana cujo corpo é observado como o local a abrigar e nutrir uma prole sadia e hígida. Ariana ou não, é a perfeição branca que a Revista Educação Physica faz questão de exibir em suas páginas como símbolo de beleza e feminilidade. Razão pela qual é possível afirmar que a Revista não é passiva em relação aos discursos eugênicos e nacionalistas em voga na Alemanha e no Brasil: ao contrario, é uma instância que os produz e reproduz. Afinal, se a preservação da família é necessária para a estruturação da sociedade brasileira, também o é a educação da mulher branca, considerada como o pilar sobre o qual se sustenta a própria Nação.

Considerações finais

Ser bela, maternal, feminina e saudável era um desejo produzido e expresso não apenas pela *Revista Educação Physica* e pelos documentos aqui citados, mas pelo imaginário social de um país que identificava na mulher um elemento importante para a sua modernização. Juventude, beleza, ousadia, disposição, saúde, perseverança,

⁷. Entre 1930 e 1942 circulam, no três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) 12 jornais editados na Alemanha, dois deles com periodicidade de seis dias na semana.

⁸. A Circular nº 1127, publicada em 1937 adverte: Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade) ou qualquer outro meio de informação segura, que é

dedicação, prudência, são atributos que, neste contexto, transformam-se em virtudes a serem conquistadas mediante a participação das mulheres em diferentes espaços sociais, dentre eles, os espaços onde se realizavam as atividades físicas e esportivas.

O incentivo a uma maior inserção das mulheres em diferentes instâncias culturais continha, em si mesmo, discursos emancipatórios e conservadores, pois, ao mesmo tempo em que incentivavam as mulheres à adesão a prática de atividades físicas, através destas reforçavam uma representação hegemônica de feminilidade. Pensando especificamente no Brasil do início do século XX, ainda que as atividades físicas tenham possibilitado certa emancipação para algumas mulheres, essa não se entendeu para o conjunto das mulheres brasileiras dado que a política vigente, ao combinar, nacionalismo e branquidade, invisibilizou as negras e imputou as brancas a tarefa de civilizar, elevar e redimir o Brasil e não transformá-lo.

Referências

ABRAMS, P. History, sociology, historical sociology. *Past and Present*, vol. 87, p. 3-16, 1980.

ALTMANN, H. et alli. Women and sport in Brazil. In: GUTTEMANN, A. et alli. (Orgs.). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v 1. New York: Mcmillan, 2001. p. 176-178.

AJA, T.G. Spain. In: GUTTEMANN, A et alli. (Orgs.). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v 3 New York: Mcmillan, 2002. p. 1091-1093.

AMAR Y BORBÓN, J. *Discurso sobre la educación física y moral de las mujeres*. Madrid: Cátedra, 1994.

ARENO, W. Para as moças de hoje a as mães de amanhã. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 73, p. 15-19, 1938.

de origem étnica semita. No caso de haver apenas “suspeitas” recomenda-se às autoridades retardar a concessão do visto ate que consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final.

ARNAUD, P.; TERRET, T. *Histoire du sport féminin*. Paris: L'Harmattan, 1996.

AZARITO, L.; SOLMON, M.. A feminist poststructuralist view on student bodies in physical education: sites of compliance, resistance, and transformation. *Journal of Teaching Education*, vol 25, p. 200-225, 2006.

AZEVEDO, F. *A Educação Physica*. Rio de Janeiro: Editora Weiszlog Irmãos, 1920.
_____. A regeneração racial pela Educação Physica. *Revista Educação Physica*, n.8, p. 8-12, 1939.

BESSE, S. *Restructuring Patriarchy: The modernization of gender inequality in Brazil. 1914-1940*. North Carolina: University of North Carolina Press, 1996.

BIRRELL, S.; THEBERGE, N. Ideological Control of Women in Sport and Feminist Resistance and Transformation for Sport. In: COSTA, M.; GUTHRIE, S.R. (Orgs.). *Women and Sport: Interdisciplinary Perspectives* Champaign, IL: Human Kinetics, 1994. p. 323-376.

BOCK, G. Racism and Sexism in Nazi Germany: Motherhood, Compulsory Sterilization, and the State. *Signs*, Chicago, vol. 8, n. 3, p. 400-421, 1983.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-163.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CRUZ, I. et alli. *Deusas e guerreiras dos Jogos Olímpicos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.

DAOLIO, J. Ordem e (des)ordem na Educação Física brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, n. 25, p.115-128, 2003.

DE GRAZIA, V. *Le donne nel regime fascista*. Venice: Marsilio Editori, 1982.

DEMENY, G. *Education et harmonie du mouvement*. Paris: Ed. Alcan, 1920.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

GIDDENS, A. (1991). *Modernity and Self-Identity: self and society in the late modern age*. Palo Alto, CA: Stanford University Press

GOBINEAU, A.D.. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1874.

GOELLNER, S.V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

_____. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G.L. et alli. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 174 -196, mai/ago 2007.

GOELLNER, S.V.; FRAGA, A.B. A inominável Sandwina e as obreiras da vida: silêncios e incentivos nas obras inaugurais de Fernando de Azevedo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, vol. 26, p.71-84, 2004.

GORI, G. *Italian fascism and the female body: sport, submissive women and strong mothers*. London: University of Urbino, 2004.

GRIFFIN, L.J. How is sociology informed by history? *Social Forces*, vol. 73, p. 1245-1254, 1995.

GUTTMANN, A. *Women's Sports: A History*. New York: Columbia University Press, 1991.

HASSE, M. Portugal. In: GUTTMANN, A. et alli. (Orgs.). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v 2. New York: Mcmillan, 2001. p. 897-899.

HARGREAVES, J. *Heroines of sport: the politics of difference and identity*. New York: Routledge, 1998.

HARTMANN-TEWS, I.;LUETKENS, S.A. The inclusion of women into the German sport system. In: HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. (Orgs.), *Sport and woman: social issues in international perspective*. London: Routledge, 2003. p. 53-69.

HAYS, S. *The cultural contradictions of motherhood*. London: Yale University Press, 1998.

hooks, b. *Black looks: Race and representation*. Boston: South nd Press, 1992.

KEHL, R. *Anais do Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas de Demografia Sanitária, 1926.

HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPOUGE, G.V. *Les sélections sociales*. Paris: A Fontemoing, 1896.

LE BON, G. *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*. Paris: Félix Alvan, 1907.

LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIOTARD P.; TERRET, T. *Excellence féminine et masculinité hégémonique*. Paris: L'Harmattan, 2005.

LOURO, G.L. Gênero, história e educação. Construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol, 20, p. 99-108, 1995.

LOYOLA, H. Editorial. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 02-03, 1932.

_____. A Educação Física na Alemanha: a mulher e o sport. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 26-29, 1937.

LUCENA, R. *O esporte na cidade*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MAGALHÃES, E. *A gymnastica hygienica*. Rio de Janeiro: Laemert, 1884.

MAGUIRE, J. Common round? Links between sports history, sports geography and the sociology of sport. *Sporting Traditions*, vol. 12, 3-25, 1995.

MARQUES, V.R.B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e o discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MELO, V.A DE. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : FAPERJ, 2001.

MELO, V.A. DE; MANGAN, J. A web of the wealthy: modern sport in the nineteenth century culture of Rio de Janeiro. *International Journal of History of Sport*. Champaign, IL, vol. 14, p. 12-34, 1997.

MESSNER M.; SABO D. *Sport, Men, and the Gender Order. Critical feminist Perspectives*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1990.

MOTA, A. *Quem é bom ja nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURÃO, L.; VOTRE, S. Brazilian women and girls in physical activities and sport. In: HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. (Orgs.), *Sport and woman: social issues in international perspective*. London: Routledge, 2003. p. 42-51.

PESAVENTO, S.J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2004.

_____. La découverte du Brésil africain dans l'oeuvre du sociologue Gilberto Freyre. *Actes Du Colloque L'expérience Métisse*, (2005). Paris. Disponível em <<http://www.quaibrantly.fr/uploads/media/experiencemetisse.pdf#page=20>>. Acesso em 14 out 2007

PFISTER, G. Conflicting femininities: the discourse on the female body and the physical education of girls in the National Socialism. *Sport History Review*, vol. 28, p. 90-96, 1997.

PFISTER, G. Germany. In: GUTTEMANN, A. et alli. (Orgs). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v. 1 New York: Mcmillan, 2001. p. 451-456.

PRINS, B.; MEIJER, I. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.10, n. 1, p. 162-181, 2002.

REIS, J.J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: BRASIL. *500 anos de povoamento* Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 90-91.

RODRIGUEZ, M.G. Argentina. In: GUTTEMANN, A. et alli. (Orgs). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v. 1 New York: Mcmillan, 2001. p. 58-61.

SCHARAGRODSKY, P. Construyendo masculinidades y feminilidades católicas y moralmente correctas: el caso de la primera Dirección General de Educación Física Argentina (1936-1940). In: Aisenstein, A.; SCHARAGRODSKY, P. (Eds.), *Tras las huellas de la Educación Física escolar argentina: cuerpo, género y pedagogía*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

SCRATON, S. *Shaping up to womanhood: gender and girls physical education*. Buckingham: Open University Pressco, 1992.

SILVA, A. L. Entre Lamarck e Mendel: olhares eugênicos sobre a educação física brasileira. In: GOELLNER, S.V.; JAEGER, A. *Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SOARES, C. *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001.

RANGEL SOBRINHO, O. *Educação Physica Feminina*. Rio de Janeiro: Typografica do Patronato, 1930.

SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Boletim de Eugenia*, São Paulo, n. . 3, p. 1-54. 1929.

VON SIMSON, O.M. Imagem e memória. In: SAMAIN, E. (Ed.), *O fotográfico*. São Paulo: SESC, 2005.

STEPAN, N.L. *The hour of eugenics, race, gender and nation in Latin América*. London: Cornell University Press, 1996.

TISSIÉ, P. *L'éducation physique et la race*. Paris: Flammarion, 1919.

THORPE, H. Beyond “Decorative Sociology”: Contextualizing female surf, skate, and snow boarding. *Sociology of Sport Journal*, vol. 23, p. 205-228, 2006.

WHITE, A. Women and sport in UK. In: HARTMANN-TEWS, I.; PFISTER, G. (Orgs.), *Sport and woman: social issues in international perspective* London: Routledge, 2003. p. 35-52.